

CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA PARA O DOCENTE DE LÍNGUA PORTUGUESA

CONTRIBUTIONS OF PSYCHOPEDAGOGICAL TRAINING FOR PORTUGUESE TEACHERS

APORTES DE LA FORMACIÓN PEDAGÓGICA PARA EL DOCENTE DE PORTUGUÉS

Cristiano Leandro da Silva¹

Resumo

Este artigo estuda as possibilidades de atuação docente, focando especificamente nos professores de linguagens com licenciatura aliada à especialização ou segunda graduação em Psicopedagogia. O objetivo é relacionar aprendizados ao ensino, visando melhorar o desempenho de seus alunos. A presente análise é baseada em pesquisa bibliográfica, de acordo com a literatura a respeito da atuação psicopedagógica e a legislação pertinente. Apresentam-se algumas das dificuldades que impactam significativamente a linguagem escrita e a leitura, com delineamentos de práticas possíveis para o ensino em sala de aula. Estudam-se, dessa forma, as oportunidades do profissional para atuar com seus saberes psicopedagógicos e aplicar esses conhecimentos à sua práxis pedagógica.

Palavras-chave: educação; psicopedagogia; língua portuguesa; dificuldades de aprendizagem; atuação docente.

Abstract

This article examines the possibilities of teaching practice, focusing specifically on language teachers with a degree coupled with specialization or a second degree in Psychopedagogy. The aim is to connect learning with teaching in order to improve the performance of their students. The present analysis is based on bibliographic research, drawing from the literature on psychopedagogical practices and relevant legislation. It presents some of the challenges that significantly impact written language and reading, along with possible strategies for classroom instruction. It explores the professional's opportunities to apply their psychopedagogical knowledge and integrate it into their pedagogical praxis.

Keywords: education; psychopedagogy; portuguese language; learning difficulties; teaching performance.

Resumen

Este artículo estudia posibilidades para la acción docente, en especial de los profesores de idiomas cuyo pregrado se fortalece con una especialización o con una segunda licenciatura en Psicopedagogía, asociando el aprendizaje con la enseñanza, para mejorar el desempeño de los alumnos. El presente análisis recurre a una revisión bibliográfica, observando la literatura sobre la actuación psicopedagógica y la legislación pertinente. Se presentan algunas de las dificultades que más afectan al lenguaje escrito y la lectura, con algunas sugerencias sobre posibles prácticas en el desarrollo de las clases. De esta forma, se estudian las oportunidades que tiene ese profesional para actuar con sus saberes psicopedagógicos y aplicar esos conocimientos a la práctica docente.

Palabras-clave: educación; psicopedagogía; lengua portuguesa; dificultades de aprendizaje; desempeño docente.

1 Introdução

¹ E-mail: profcristianoleandro@gmail.com

A constante evolução nos processos educativos tornou possível vislumbrar novas práticas e novos conceitos. Nesse contexto, já não se pode pensar o ensino como um processo mecânico. Inúmeros estudos têm sido realizados para viabilizar e melhorar os efeitos da educação básica no Brasil e no mundo.

Lidar com as dificuldades de aprendizagem nos mais variados níveis de educação constitui-se, ainda, em um desafio constante para a prática docente. Para superar estes e outros obstáculos, surge a Psicopedagogia, área que se consolida e desenvolve como ciência e apresentando soluções com vistas a aprimorar os processos de ensino-aprendizagem.

A partir dessas reflexões, há a necessidade de se perguntar como a Psicopedagogia pode atuar no cotidiano das salas de aula, já que muitas escolas não dispõem de todos os profissionais necessários para o atendimento aos alunos com dificuldades específicas de aprendizagem.

A formação psicopedagógica pode ocorrer tanto na graduação quanto na pós-graduação, e é comum que docentes se especializem em buscar, por meio desta ciência, uma melhor compreensão do processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, é possível que o docente especializado em Psicopedagogia, ou alguém com conhecimentos em Psicopedagogia, possa adaptar suas abordagens pedagógicas de acordo com a necessidade de seus alunos, empregando materiais de apoio, estratégias pedagógicas e abordagens mais facilitadoras, com o intuito de atingir os objetivos propostos em suas aulas.

A presente pesquisa objetiva analisar as contribuições dos saberes psicopedagógicos para o trabalho escolar em sala de aula, para que, a partir desses conhecimentos, o docente saiba identificar as principais dificuldades que afetam o aprendizado da língua materna, por meio da leitura e da escrita na educação básica. Além disso, o docente pode explorar possibilidades de práticas que viabilizem o aprendizado para alunos com dificuldades de aprendizagem, através de práticas didáticas em sala de aula e na elaboração dos planos de aula.

Considerando as dificuldades encontradas por alunos e professores no processo de ensino-aprendizagem, este trabalho buscou levantar reflexões e apresentar possibilidades em um cenário em que o docente que domina os conhecimentos psicopedagógicos possa otimizar seus resultados em sala de aula. Para a construção deste artigo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica baseada em outros artigos, livros e documentos oficiais que abordam o tema em discussão.

O desenvolvimento do presente trabalho está organizado em três seções. A primeira seção, *Formação e atuação do psicopedagogo no Brasil*, aborda a origem da Psicopedagogia, seu

funcionamento, como ocorrem os processos de formação nesta área de estudos e quais são as funções desempenhadas pelos profissionais. Em seguida, na seção *Dificuldades de aprendizagem*, são discutidos alguns dos transtornos específicos de aprendizagem, com ênfase naqueles relacionados à aprendizagem da leitura e da escrita na educação básica. Na sequência, é apresentada a seção sobre a legislação educacional brasileira, com reflexões sobre possíveis abordagens metodológicas e orientações legais que facilitem o processo de ensino-aprendizagem, intitulada *Encaminhamentos metodológicos e orientações legais*. Por fim, o fechamento das ideias desenvolvidas neste trabalho se dá na seção de *Conclusão*, seguido das *Referências* utilizadas.

2 Formação e atuação do psicopedagogo no Brasil

A Psicopedagogia é um campo da ciência que busca fornecer soluções para as dificuldades de aprendizagem. Sua nomenclatura nasce da junção dos termos Psicologia e Pedagogia, porém, seus estudos e ações abrangem conhecimentos e ações de diversos outros campos da ciência, como pontua Bossa (2019, p. 21):

Penso que a Psicopedagogia, como área de aplicação, antecede o status de área de estudos, a qual tem procurado sistematizar um corpo teórico próprio, definir o seu objeto de estudo, delimitar o seu campo de atuação; e, para isso, recorre à Psicologia, à Psicanálise, à Linguística, à Fonoaudiologia, à Medicina à Pedagogia e atualmente muito tem se beneficiado dos conhecimentos das neurociências.

Nesse contexto, a psicopedagogia procura entender as origens dos problemas de aprendizagem, sejam eles físicos, neurológicos ou mesmo sociais, para apontar caminhos e práticas que auxiliem o educando no processo de assimilação de conhecimentos e desenvolvimento educacional. A Psicopedagogia tem suas origens na Europa, durante o século XIX. Registros na literatura indicam a existência de um centro médico-psicopedagógico na França, que buscava integrar Medicina, Psicologia, Psicanálise e Pedagogia. Após o surgimento desse movimento, surgiram produções literárias e práticas preventivas e interventivas. Nessa época, estudiosos argentinos começaram a pesquisar os autores europeus e a aplicar esses conhecimentos em suas atuações, culminando na criação de um curso de graduação em Psicopedagogia na Universidade de Buenos Aires (BOSSA, 2019).

No Brasil, os estudos sobre a psicopedagogia foram baseados na produção literária argentina, e muitos psicólogos e outros profissionais buscaram especialização em Buenos Aires.

No final da década de 1970, surgiu a possibilidade de se especializar também no Brasil. Pouco tempo depois disso, surge a Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp),

A Associação de Psicopedagogos de São Paulo surge em 1980, a partir dos questionamentos a respeito do perfil profissional do psicopedagogo e da necessidade de definição de suas funções que começam a aparecer nas primeiras turmas de alunas do Instituto Sedes Sapientiae (SCOZ; MENDES, 1987, n. p.).

A ABPp surge como uma união desses profissionais, que se organizam como uma categoria profissional com regras próprias e objetivos definidos. A associação estabelece diretrizes para a formação e admissão na profissão de psicopedagogos no Brasil, orientando os processos envolvidos. O Código de Ética do Psicopedagogo, elaborado pela ABPp, em seu artigo 5º, assim define os critérios para formação e admissão de psicopedagogos no Brasil:

A formação do psicopedagogo se dá em curso de graduação e/ou em curso de pós-graduação em Psicopedagogia, ministrados em instituições de educação superior devidamente reconhecidas e autorizadas por órgãos competentes, de acordo com a legislação em vigor (ABPp, 2019, n. p.).

Dessa forma, ocorre uma padronização na formação dos profissionais e a disseminação dos objetivos específicos dessa área de conhecimentos e práticas, cujo foco é agir na prevenção das dificuldades e distúrbios educacionais e/ou intervir nessas dificuldades apresentadas pelos estudantes. Além disso, essa padronização também proporciona orientação aos profissionais da educação, viabilizando e facilitando o processo de ensino-aprendizagem.

A Psicopedagogia divide-se em duas grandes áreas: clínica e institucional. Na área clínica, o foco é a intervenção, tratando de problemas de aprendizagem já identificados em alunos ou pacientes. Nesse contexto, são propostas atividades que ampliem as condições de aprendizagem daqueles que apresentam dificuldades psíquicas, motoras ou sociais. O ambiente de atuação é o consultório, tratando diretamente com o indivíduo, sua família e professores. O diagnóstico que orienta essa intervenção é feito por uma equipe multidisciplinar, composta por pediatras, neuropediatras, neurologistas, psicólogos, psiquiatras, fonoaudiólogos. Portanto, a Psicopedagogia é um campo interdisciplinar, dependendo da atuação de vários profissionais para fornecer um parecer preciso das dificuldades a serem tratadas.

Por sua vez, a Psicopedagogia institucional tem como objetivo favorecer o processo educativo dentro das escolas e outras instituições. Ela atua de forma preventiva em relação aos

problemas de aprendizagem, trabalhando com profissionais responsáveis pela mediação da educação ou pelo acompanhamento de pessoas em processo de aprendizagem. Essa abordagem busca estratégias que facilitam a comunicação do conhecimento e o desenvolvimento humano do aprendiz, oferecendo sugestões metodológicas, orientação educacional, ocupacional e vocacional. Segundo a descrição feita por Bossa (2019, p. 28):

No trabalho preventivo, a instituição, enquanto espaço físico e psíquico da aprendizagem, é objeto de estudo da Psicopedagogia, uma vez que são avaliados os processos didático-metodológicos e a dinâmica institucional que interferem no processo de aprendizagem.

3 Dificuldades de aprendizagem

Um dos objetivos da Psicopedagogia institucional é prever os obstáculos que possam interferir no desenvolvimento e na aquisição de conhecimentos por parte dos estudantes no âmbito escolar. Para isso, busca estudar e compreender as principais dificuldades que podem afetar os indivíduos envolvidos na educação, atuando nos processos, nos métodos e nas práticas pedagógicas para que a educação ocorra de forma efetiva, sem interferências negativas.

De acordo com Smith e Strick (2007, p. 14), as dificuldades de aprendizagem são “problemas neurológicos que afetam a capacidade do cérebro para entender, recordar ou comunicar informações”. Em outras palavras, sem o apoio profissional adequado, intervenção ou prevenção dos problemas decorrentes das dificuldades cognitivas, o estudante não será capaz de consolidar o aprendizado dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Nesse sentido, pensando nas origens dos problemas de aprendizagem, Smith e Strick (2007, p. 15) conceituam:

o termo *dificuldades de aprendizagem* refere-se não a um único distúrbio, mas a uma ampla gama de problemas que podem afetar qualquer área do desempenho acadêmico. Raramente, elas podem ser atribuídas a uma única causa: muitos aspectos diferentes podem prejudicar o funcionamento cerebral, e os problemas psicológicos dessas crianças frequentemente são complicados, até certo ponto, por seus ambientes doméstico e escolar.

Tanto causas genéticas quanto sociais podem contribuir para as dificuldades de aprendizagem. Existem diversas dificuldades que podem ser identificadas nos alunos, mas as mais comuns em salas de aulas, segundo Hudson (2019), incluem: dislexia, discalculia, disgrafia, dispraxia, Transtorno do *Défict* de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC). Estas são apenas algumas das várias

dificuldades enfrentadas pelos alunos, desafiando os professores e as equipes pedagógicas a desenvolverem processos eficazes que proporcionem aprendizado a todos os alunos. Estas dificuldades de aprendizagem abrangem apenas o que tem origem neurológica, e não físicas.

Por outro lado, deficiências como limitações de mobilidade, visão ou audição, por exemplo, não se confundem com distúrbios de aprendizagem, requerendo das políticas educacionais outras soluções que permitam o acesso desses indivíduos aos objetos de estudo. O papel da psicopedagogia, portanto, é identificar e abordar os desafios encontrados pelos agentes e sujeitos da educação, ou seja, permitir que professores e alunos interajam com o conhecimento, superando as limitações e alcançando níveis satisfatórios de desenvolvimento e aprendizado em cada fase educacional.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a formação psicopedagógica, adquirida pelo educador em curso de graduação ou pós-graduação, não o torna responsável por intervir sozinho, já que essa tarefa deve ser realizada por uma equipe profissional interdisciplinar, devidamente estruturada e designada para fornecer suporte formal aos alunos com dificuldades de aprendizagem. Os professores podem, também, recomendar a intervenção com base em seus conhecimentos, ao perceberem as dificuldades encontradas em sala de aula.

Espera-se que os educadores e psicopedagogos, detentores de tais conhecimentos e, em formação contínua e atualização frequente de seus saberes, sejam capazes de identificar os obstáculos de ensino-aprendizagem ao interagirem com os alunos e encaminhá-los à equipe escolar responsável por lidar com as dificuldades educacionais relacionadas às dificuldades de aprendizagem.

3.1 Principais dificuldades relacionadas ao desenvolvimento da linguagem na leitura e na escrita

No contexto da disciplina de Língua Portuguesa, na educação escolar, há dificuldades específicas que afetam mais profundamente as habilidades linguísticas, principalmente no desenvolvimento das competências de leitura e escrita. Essas dificuldades têm impacto em todas as áreas disciplinares, assim como qualquer outro problema de aprendizagem pode afetar o domínio da linguagem escrita e oral.

Segue, portanto, um breve detalhamento sobre dislexia, disgrafia, disortografia e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).

3.1.1 Dislexia

Para a Associação Brasileira de Dislexia (ABD),

A Dislexia do desenvolvimento é considerada um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração (ABD, 2016a, n. p.).

O diagnóstico da dislexia ocorre quando crianças sem nenhum problema de ordem sensorial ou motora apresentam dificuldade fora do comum para aprender a ler, normalmente tendo dificuldades na linguagem, escrita, ortografia, lentidão na aprendizagem e na leitura, sobretudo na compreensão de textos.

A dislexia afeta, principalmente, a alfabetização das crianças. Segundo Gonçalves e Peixoto (2020, p. 1), “a dislexia é considerada um Transtorno Específico de Aprendizagem (TEAp) que tem origem neurobiológica e afeta diretamente a leitura e a escrita”. Algumas características do disléxico são: vocabulário reduzido, dificuldade em estruturar uma história, dificuldade na separação silábica, tentativa de adivinhar as palavras quando as leem, tendência a trocar letras semelhantes (b – d, m – n), dificuldade para copiar textos do quadro, dificuldade de se expressar pela escrita, entre outros sintomas relacionados (GONÇALVES; PEIXOTO, 2020).

As autoras salientam, ainda, que “o diagnóstico da dislexia deve ser realizado por uma equipe multidisciplinar, composta necessariamente por fonoaudiólogo especializado, neuropsicólogo e psicopedagogo” (GONÇALVES; PEIXOTO, 2020, p. 16). Este procedimento é fundamental para evitar diagnósticos errados e permitir a aplicação de intervenções adequadas e, quando necessário, o tratamento, uma vez que a dislexia não tem cura.

De acordo com a Associação Brasileira de Dislexia (2016b), alguns procedimentos básicos do docente na interação com alunos disléxicos são: tratá-los com naturalidade, mantê-los perto da lousa e da mesa do professor, usar linguagem clara e objetiva ao falar com eles, olhando-os diretamente, assegurar-se se estão entendendo sua exposição, certificar-se se as instruções para as tarefas foram compreendidas, entre outros. Estas são algumas atitudes que promovem um ambiente favorável ao aprendizado de maneira geral e ajudam o aluno com dislexia a acompanhar o progresso da turma, sendo importante e necessário que o aluno com dislexia participe das aulas na classe regular, pois ele tem muito a contribuir com seus colegas e também a receber deles.

3.1.2 Disgrafia

A disgrafia se relaciona a dificuldades motoras e espaciais. É comum que crianças apresentem dificuldades de escrita no início do processo de alfabetização, e essas dificuldades tendem a desaparecer com o tempo. No entanto, quando esses sintomas persistem, é necessário realizar uma avaliação com uma equipe profissional adequada para fornecer intervenção psicopedagógica que beneficie o desenvolvimento da aprendizagem desse estudante. Segundo Hudson (2019), há três tipos de disgrafia, quais sejam:

- **Disgrafia espacial:** processamento visual e compreensão do espaço deficientes. Isso causa dificuldade tanto para escrever em linha reta como no espaçamento das letras. Ações como desenhar e colorir também são afetadas. Tanto o trabalho copiado como o original são desorganizados e podem ser ilegíveis. A ortografia é normal.
- **Disgrafia motora:** controle motor fino dos músculos da mão e do punho deficiente, o que torna a escrita difícil e cansativa e geralmente resulta em caligrafia desalinhada ou ilegível mesmo ao copiar. A ortografia não é afetada.
- **Disgrafia de processamento** (às vezes chamada disgrafia disléxica): dificuldade em visualizar a aparência das letras em uma palavra, o que resulta em letras malformadas e na ordem errada quando escritas. O trabalho original escrito é ilegível, mas o trabalho copiado é razoavelmente bom. A ortografia é ruim. O indivíduo pode ter um dos tipos de disgrafia ou uma combinação deles (HUDSON, 2019, p. 72, grifos da autora).

Dessa forma, a disgrafia está principalmente relacionada a dificuldades motoras que comprometem o traçado e a forma das letras, resultando em palavras incompreensíveis, afetando ou não a ortografia. Pensando em como o professor pode facilitar o aprendizado de alunos com disgrafia, a adaptação se torna o foco para os profissionais da educação que trabalham com esses alunos. O professor adaptador, conhecedor das metodologias interventivas da psicopedagogia, pode utilizar recursos didáticos que permitem o acesso de todos os estudantes à aprendizagem, sem que ninguém fique atrasado em relação ao restante da classe.

Hudson (2019) ressalta algumas atitudes que podem ser postas em prática diante de cenários de disgrafia, como, por exemplo, distribuir cópias impressas do conteúdo, utilizar-se da tecnologia para registros das aulas e apresentações de trabalhos, e posicionar o aluno próximo do professor para que possa ser observado em seu progresso, medidas que podem ser adotadas para nivelar o desempenho de todos os alunos em questão de condições de fazer registros e serem avaliados durante as aulas.

É fundamental destacar que a disgrafia não está associada a dificuldades intelectuais no aluno, sendo possível que ele demonstre inteligência elevada, independentemente das dificuldades motoras.

3.1.3 Disortografia

Segundo o Instituto Neurosaber, a disortografia “é um transtorno de aprendizagem específico que se manifesta em dificuldades na escrita, especialmente na gramática.” (NEUROSABER, 2021, n. p.). A distorgrafia está relacionada, portanto, a dificuldades no processo de escrita, principalmente na aprendizagem e utilização das normas gramaticais, ortografia e redação.

Com relação à disortografia, a criança faz trocas ortográficas e confusão de letras. As trocas são normais durante a primeira e a segunda série do ensino fundamental, porque a relação entre as palavras impressas e os sons ainda não estão totalmente dominados. Os professores devem avaliar as dificuldades ortográficas de seus alunos, principalmente por aqueles que trocam letras ou sílabas de palavras já conhecidas ou trabalhadas (LIRA; CAMPANI, 2021, p. 112).

A disortografia é, portanto, um transtorno que compromete a aprendizagem, assimilação e memorização das regras gramaticais, levando o aluno a realizar trocas de grafemas e enfrentar dificuldades na elaboração textual. Esse transtorno vai além do período da alfabetização e é considerado um distúrbio de aprendizagem. Para alguns autores, a disortografia está associada à dislexia do desenvolvimento, mas também pode ser que ocorra sem nenhuma relação entre elas (FERNÁNDEZ *et al.*, 2010).

Antes de diagnosticar os alunos como portadores da disortografia, é necessário que o profissional que atenderá esse quadro certifique-se de que a escola prioriza o ensino de qualidade e que seus educadores têm conhecimento adequado da ortografia da língua materna. Na tentativa de minimizar os efeitos da disortografia, o professor pode adotar medidas em sala de aula, identificando, primeiramente, a complexidade do transtorno e encarando as dificuldades de aprendizagem como desafios diários que fazem parte do desenvolvimento cognitivo e podem ser superados.

De acordo com Silveira (2014), algumas estratégias que podem auxiliar os alunos incluem a disposição de cartazes na sala de aula para facilitar a visualização dos conteúdos, o

reconhecimento e valorização dos esforços dos alunos, elogiando suas produções, utilizar a ludicidade no ensino da gramática e criar constantemente um ambiente agradável e propício à aprendizagem.

3.1.4 Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)

Segundo a Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA),

O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade (ABDA, 2023, n. p.).

O TDAH é uma das dificuldades de aprendizagem que pode afetar todos os aprendizados, não se limitando apenas às expressões da linguagem. Portanto, é importante que os professores estejam atentos aos sinais que podem se manifestar em seus alunos, que vão além do controle consciente dos próprios estudantes.

A Avaliação multiprofissional com especialistas da área de Psicologia, Psicopedagogia e pedagogia é essencial para a identificação do transtorno. Esses profissionais deverão realizar um trabalho avaliativo com o objetivo de reconhecer os sintomas do TDAH através de testes clínicos ou psicométricos, anamnese realizada com a família, aplicação de questionários na escola e na família, além da observação do comportamento do paciente (GONÇALVES; BARCELLAR, 2021, p. 29).

Em outras palavras, a abordagem interdisciplinar é essencial para realizar um diagnóstico correto de qualquer problema de aprendizagem, especialmente em sala de aula, onde nem sempre é possível dedicar atenção às necessidades individuais dos alunos. No entanto, alguns sinais podem indicar a presença de distúrbios de aprendizagem.

Para a ABDA (2023), o TDAH compreende aspectos de desatenção, hiperatividade e impulsividade. Gonçalves e Barcellar (2021) frisam que há três tipos de TDAH:

1. Apresentação combinada: há tanto os critérios da desatenção quanto hiperatividade-impulsividade.
2. Apresentação predominantemente desatenta: o critério da desatenção é preenchido, mas, a hiperatividade-impulsividade não.
3. Apresentação predominantemente hiperativa/impulsiva: o critério de hiperatividade-impulsividade é preenchido, mas o critério da desatenção não (p. 22).

Conforme Gonçalves e Barcelar (2021), alguns dos sintomas do tipo desatento são: cometer erros por descuido nas tarefas escolares, ter dificuldade em manter a atenção ou em seguir instruções até o final, ser facilmente distraído por estímulos externos, perder coisas necessárias para tarefas ou atividades, entre outros. Por outro lado, para o tipo hiperativo-impulsivo, os mesmos autores apontam sintomas como movimentação excessiva, situações em que a criança sobe em lugares inapropriados, falar excessivamente, responder antes de ouvir, e ter dificuldade de participar calmamente de brincadeiras ou atividades de lazer.

Além de não criticar, não apontar erros ou não julgar o desempenho dos alunos, a ABDA (2017) elenca diversas técnicas e atitudes que os professores podem adotar para otimizar os resultados em sala de aula com alunos com TDAH. Essas estratégias incluem diversificar os materiais pedagógicos, utilizar métodos de aprendizagem ativa, incorporar atividades lúdicas e recursos tecnológicos, auxiliar a memória com materiais de apoio, posicionar os alunos com TDAH próximos à lousa e ao professor, além de supervisionar e auxiliar esses alunos sempre que possível. Essas são apenas algumas das estratégias interessantes que podem ser adotadas de acordo com as necessidades individuais de cada aluno.

É importante ressaltar que o diagnóstico correto dos casos de TDAH só pode ser emitido pelos profissionais adequados, como destacam Gonçalves e Bacellar (2021):

Os professores podem perceber algumas características dentro da sala de aula, assim como os profissionais de saúde nas sessões de atendimento. Nesse momento, é importante que o profissional faça o encaminhamento para a avaliação interdisciplinar. Entretanto, é importante frisar que somente os médicos das especialidades de psiquiatria, neuropsiquiatria, neuropsiquiatria e neurologia são profissionais que prescrevem o diagnóstico final de TDAH (p. 25).

Sendo assim, o professor-psicopedagogo, ao reconhecer os sinais, tem a possibilidade de encaminhar o aluno para o atendimento clínico, ao mesmo tempo em que emprega metodologias apropriadas em sala de aula.

4 Encaminhamentos metodológicos e orientações legais

Com o objetivo de garantir o pleno desenvolvimento humano por meio da educação e promover a equidade na aprendizagem na rede regular de ensino, a legislação educacional brasileira

estabelece princípios fundamentais que orientam a prática pedagógica e os sistemas de ensino. O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, n. p.).

A educação, portanto, é um direito assegurado por lei a todos os cidadãos brasileiros, visando sua formação intelectual, social e sua capacitação profissional. Dentro dessa perspectiva é fundamental que o Estado ofereça atendimento a todos os alunos, incluindo aqueles que enfrentam dificuldades de aprendizagem, garantindo as condições básicas para alcançar os objetivos educacionais dispostos na legislação. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996), no nono parágrafo do artigo 4,

[...] padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022, n. p.).

Portanto, é responsabilidade das escolas e do Estado fornecerem recursos para atenderem os alunos com transtornos de aprendizagem, incluindo a formação continuada do corpo docente, as instalações físicas adequadas e equipes de apoio e atendimento pedagógico. Nessa perspectiva, em 2021, foi publicada uma ementa constitucional que garante direitos a educandos com dificuldades de aprendizagem, especialmente dislexia, TDAH e outras que comprometam a leitura e a escrita. A Lei n.º 14.254, de 30 de novembro de 2021, dispõe em seu artigo primeiro que “O poder público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem” (BRASIL, 2021, n. p.).

A referida Lei dispõe sobre o acompanhamento integral para os educandos que apresentam as dificuldades de aprendizagem relacionadas à leitura e à escrita. A Lei prevê, em seu parágrafo único, que pessoas com dislexia ou TDAH tenham direito à “identificação precoce do transtorno, o encaminhamento do educando para diagnóstico, o apoio educacional na rede de ensino, bem

como o apoio terapêutico especializado na rede de saúde” (BRASIL, 2021, Art. 1º, parágrafo único).

O presente exposto da legislação confirma a importância do acompanhamento multiprofissional adequado às necessidades educacionais básicas. Nesse sentido, é necessária uma ação conjunta e interdisciplinar dos sistemas de ensino, já que não é responsabilidade exclusiva dos educadores em sala de aula, individualmente, o atendimento aos educandos com dificuldades de aprendizagem. Ainda assim, o professor-psicopedagogo, que detém os saberes de prevenção e intervenção psicopedagógicas, pode utilizar seus conhecimentos para elaborar e adaptar seus métodos de ensino e de avaliação, visando o máximo desenvolvimento pessoal e intelectual dos seus alunos.

Buscando a excelência no ensino e o cuidado com a aprendizagem dos escolares, o professor, com seu conhecimento psicopedagógico, pode criar planos de aula adequados às necessidades dos alunos, encaminhar casos que demandam maior atenção à equipe de apoio da escola e sugerir reuniões com a família para obter mais informações sobre o desenvolvimento intelectual dos estudantes. O propósito desta pesquisa é investigar oportunidades de integração de conhecimentos, permitindo que os educadores busquem ferramentas de atuação mais eficazes de acordo com as necessidades encontradas em sua prática.

É importante recorrer à ludicidade nas metodologias e utilizar abordagens didáticas que visem superar obstáculos no processo de aprendizagem. Conforme afirmam Martins e Cordeiro (2021, p. 60), “o professor de educação inclusiva é parte indispensável na prática de ensino com a ludicidade, porque ele é capaz de transmitir saberes que farão parte da vida de muitas pessoas”.

5 Considerações finais

A presente pesquisa bibliográfica buscou estudar a origem e atuação da Psicopedagogia e compreender como ocorre o processo formativo de profissionais desta área no Brasil. Orientado pelo caminho da formação psicopedagógica, o profissional da área pode avaliar quais os seus campos de atuação, que podem ser institucionais ou clínicos, com foco na prevenção ou na intervenção em relação a dificuldades de aprendizagem.

Procurou-se ainda, analisar, dentro do contexto da educação básica, quais meios operatórios podem ser empregados pelo docente, considerando os encaminhamentos já apresentados pela

Psicopedagogia como campo de ciência, associados à constante pesquisa, aos estudos e à formação continuada dos docentes, no exercício das práticas educativas aplicadas a alunos com dificuldades de aprendizagem, sobretudo aquelas que mais afetam o desenvolvimento da linguagem escrita e da leitura, como é o caso da dislexia, da disgrafia e da disortografia.

Ademais, com base nas orientações legais, avaliaram-se as possibilidades de intervenção e prevenção de dificuldades de aprendizagem por meio de didáticas mais eficientes em cada caso.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA (ABD). **O que é dislexia?** 2016a. Disponível em: <https://www.dislexia.org.br/o-que-e-dislexia>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA (ABD). **Como interagir com o disléxico em sala de aula.** 2016b. Disponível em: <https://www.dislexia.org.br/como-interagir-com-o-dislexico-em-sala-de-aula>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA (ABPp). **Código de ética do psicopedagogo.** 2020. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/atuacao>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO DÉFICIT DE ATENÇÃO (ABDA). **O que é TDAH?** 2023. Disponível em: <https://tdah.org.br/sobre-tdah/o-que-e-tdah/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO DÉFICIT DE ATENÇÃO (ABDA). **Algumas estratégias pedagógicas para alunos com TDAH.** 2017. Disponível em: <https://tdah.org.br/algumas-estrategias-pedagogicas-para-alunos-com-tdah>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021.** Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114254.htm. Acesso em: 22 jun. 2023.

BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. 5ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora. 2019.

CORDEIRO, A. C. S.; & MARTINS, V. P. S. Contação de história contribuindo na aprendizagem de crianças com necessidades especiais. *In*: MARTINS, V. P. S. (org.). **Dislexia, disgrafia e disortografia**. Aspectos cognitivos e linguísticos das dificuldades em leitura, escrita e ortografia em sala de aula. São Carlos: Pedro e João Editores. 2021.

FERNÁNDEZ, A. Y. *et al.* Avaliação e intervenção da disortografia baseada na semiologia dos erros: revisão da literatura. **Revista CEFAC**, Campinas, v. 12, n. 3, p. 499–504, maio 2010.

GONÇALVES, P.; BACELLAR, G. T. B. S. B. **10 perguntas e respostas para compreender o TDAH**. Curitiba: Dialética e Realidade, 2021.

GONÇALVES, P.; PEIXOTO, A. **10 perguntas e respostas para compreender a dislexia**. 1. ed. Curitiba: Dialética e Realidade, 2020.

HUDSON, D. **Dificuldades específicas de aprendizagem**: ideias práticas para trabalhar com: dislexia, discalculia, disgrafia, dispraxia, TDAH, TEA, síndrome de Asperger, TOC. Petrópolis: Vozes, 2019.

INSTITUTO NEUROSABER. **Entenda os transtornos de escrita**: disgrafia e disortografia. 1º jul. 2021. Acesso em: <https://institutoneurosaber.com.br/entenda-os-transtornos-de-escrita-disgrafia-e-disortografia>. Disponível em: 22 jun. 2023.

LIRA, V. M.; CAMPANI, A. O processo de aquisição da escrita: dificuldades a serem superadas. *In*: MARTINS, V. P. S. (org.). **Dislexia, disgrafia e disortografia**. Aspectos cognitivos e linguísticos das dificuldades em leitura, escrita e ortografia em sala de aula. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021.

SCOZ, B. L. MENDES, M. H. A Psicopedagogia no Brasil: Evolução Histórica. **Excertos Boletim ABPP**, São Paulo, v. 6, n. 13, junho/1987. Disponível em: <https://www.abpp.com.br/a-historia-da-associação-brasileira-de-psicopedagogia>. Acesso em: 22 jun. 2023.

SILVEIRA, T. R. Psicopedagogia: um novo olhar frente à disortografia. **Revista Historiador**, Porto Alegre, v. 6, n. 6, p. 114-121, 2014. Disponível em: <https://www.revistahistoriador.com.br/index.php/principal/article/view/145/151>. Acesso em: 22 jun. 2023.

SMITH, C. STRICK, L. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z**: um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: Artmed, 2007.